

QUESTÕES SOBRE A AULA



QUESTÕES SOBRE A AULA

CONTRATAÇÃO DIRETA – LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

1. (Questão Inédita - 2021) A licitação dispensável ocorre quando o processo licitatório é possível, mas a norma retira a obrigatoriedade de sua realização.
Certo () Errado ()
2. (Questão Inédita - 2021) As hipóteses de licitação dispensável formam um rol taxativo.
Certo () Errado ()
3. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
Certo () Errado ()
4. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de outros serviços e compras.
Certo () Errado ()
5. (Questão Inédita - 2021) Licitação fracassada é aquela não acudiram interessados.
Certo () Errado ()
6. (Questão Inédita - 2021) Licitação deserta é aquela em todos os interessados foram desclassificados ou inabilitados.
Certo () Errado ()
7. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, para que a licitação seja dispensável em virtude de licitação deserta, é necessário que a licitação tenha ocorrido a menos de 02 anos e sejam mantidas todas as condições definidas no edital.
Certo () Errado ()
8. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é inexigível a licitação para contratação de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
Certo () Errado ()
9. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação de materiais de uso das Forças Armadas, inclusive no que tange aos materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar.
Certo () Errado ()

10. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação de bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar.

Certo () Errado ()

11. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de longa duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento.

Certo () Errado ()

12. (Questão Inédita - 2021) É inexigível a licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Certo () Errado ()

13. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.

Certo () Errado ()

14. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

Certo () Errado ()

15. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade.

Certo () Errado ()

16. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

Certo () Errado ()

17. (Questão Inédita - 2021) É dispensável a licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Certo () Errado ()

18. (Questão Inédita - 2021) É dispensável a licitação para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
Certo () Errado ()
19. (Questão Inédita - 2021) A hipótese de inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, disciplinada na lei 14.133/21, era anteriormente, na lei 8666/93, prevista como uma hipótese de dispensa de licitação.
Certo () Errado ()
20. (Questão Inédita - 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
Certo () Errado ()

GABARITO

- | | | | |
|-----------|-----------|------------|------------|
| 1. CERTO | 6. ERRADO | 11. ERRADO | 16. CERTO |
| 2. CERTO | 7. ERRADO | 12. CERTO | 17. ERRADO |
| 3. CERTO | 8. ERRADO | 13. CERTO | 18. ERRADO |
| 4. ERRADO | 9. ERRADO | 14. ERRADO | 19. CERTO |
| 5. ERRADO | 10. CERTO | 15. ERRADO | 20. ERRADO |

QUESTÕES COMENTADAS

1. (Questão Inédita - 2021) A licitação dispensável ocorre quando o processo licitatório é possível, mas a norma retira a obrigatoriedade de sua realização.
Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Gabarito: Certo.

2. (Questão Inédita - 2021) As hipóteses de licitação dispensável formam um rol taxativo.
Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Gabarito: Certo.

3. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

A questão versa sobre uma forma específica de licitação dispensável, sendo essa denominada de "licitação por baixo valor".

Primeiro, demonstraremos o texto legal, para depois esquematizarmos as informações:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores **inferiores a R\$ 100.000,00** (cem mil reais), no caso de **obras e serviços de engenharia** ou de **serviços de manutenção de veículos automotores**;

II - para contratação que envolva valores **inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de **outros serviços e compras**;

(...)

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo **serão duplicados** para compras, obras e serviços contratados por **consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas** na forma da lei.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de **divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo **prazo mínimo de 3 (três) dias** úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente **pagas por meio de cartão de pagamento**, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

a) Valores INFERIORES a R\$ 100.000,00 para:

* obras * serviços de engenharia

* serviço de manutenção de veículos automotores (inovação da lei 14.133/21)

b) Valores INFERIORES a R\$ 50.000,00 para:

* outros serviços

* compras

c) caso a contratação seja realizada por CONSÓRCIOS PÚBLICOS OU AGÊNCIA EXECUTIVA:

1) Valores **INFERIORES a R\$ 200.000,00** para:

* obras * serviços de engenharia

* serviço de manutenção de veículos automotores

2) Valores **INFERIORES a R\$ 100.000,00** para:

* outros serviços

* compras

d) Procedimento PREFERENCIAL:

* Divulgação em sítio eletrônico

* Prazo de divulgação: Mínimo 03 dias úteis.

* Pagamento realizado com cartão corporativo.

Assim, ao nos debruçarmos sobre a questão, podemos verificar que a mesma está correta, por exata reprodução legal.

Gabarito: Certo.

4. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de outros serviços e compras.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

A questão versa sobre uma forma específica de licitação dispensável, sendo essa denominada de "licitação por baixo valor".

Primeiro, demonstraremos o texto legal, para depois esquematizarmos as informações:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores **inferiores a R\$ 100.000,00** (cem mil reais), no caso de **obras e serviços de engenharia** ou de **serviços de manutenção de veículos automotores**;

II - para contratação que envolva valores **inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de **outros serviços e compras**;

[...]

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo **serão duplicados** para compras, obras e serviços contratados por **consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas** na forma da lei.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de **divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo **prazo mínimo de 3 (três) dias** úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente **pagas por meio de cartão de pagamento**, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

a) Valores INFERIORES a R\$ 100.000,00 para:

* obras * serviços de engenharia

* serviço de manutenção de veículos automotores (inovação da lei 14.133/21)

b) Valores INFERIORES a R\$ 50.000,00 para:

* outros serviços

* compras

c) caso a contratação seja realizada por CONSÓRCIOS PÚBLICOS OU AGÊNCIA EXECUTIVA:

1) Valores INFERIORES a R\$ 200.000,00 para:

* obras * serviços de engenharia

* serviço de manutenção de veículos automotores

2) Valores INFERIORES a R\$ 100.000,00 para:

* outros serviços

* compras

d) Procedimento PREFERENCIAL:

* Divulgação em sítio eletrônico

* Prazo de divulgação: Mínimo 03 dias úteis.

* Pagamento realizado com cartão corporativo.

Assim, ao nos debruçarmos sobre a questão, podemos verificar que a mesma está incorreta, pois a licitação será dispensável para os casos de contratações de outros serviços e compras, quando o valor for inferior a R\$ 50.000,00.

Gabarito: Errado.

5. (Questão Inédita - 2021) Licitação fracassada é aquela não acudiram interessados.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

A questão versa sobre uma forma específica de licitação dispensável, sendo essa denominada "licitação fracassada".

Para entendermos o presente conceito, é necessário que saibamos a diferença entre os institutos da “licitação fracassada” e “licitação deserta”.

1) **Licitação Fracassada:**

Licitação em que ocorre a presença de interessados, entretanto, **nenhum** atinge as exigências estipulada pelo certame: Desclassificação de **todas** as propostas ou Inabilitação de **todos** os licitantes.

2) **Licitação Deserta:**

Aquela em que não aparece nenhum interessado para apresentar proposta.

Vale ressaltar que, em ambas as hipóteses, a licitação será dispensável, sendo assim previsto na norma:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

III – para contratação que **mantenha todas as condições definidas em edital de licitação** realizada **há menos de 1(um) ano**, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

[...]

Sobre o tema, destacamos:

a) A lei 14.133/21 não previu de forma expressa a dispensa de licitação quando todos os licitantes forem inabilitados. Assim, de maneira literal, a presente forma de licitação fracassada não configura hipótese de licitação dispensável. Para fins legais, a licitação será dispensável, quando fracassada, nas seguintes hipóteses:

* Ausência de propostas válidas

* Preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes

b) Condições para realizar a dispensa de licitação:

1º Tratar-se de um caso de licitação deserta ou fracassada, previsto em lei.

2º Licitação realizada há menos de 01 ano.

3º Manutenção de todas as condições previstas no edital.

Especificamente sobre a questão, em consonância com o conceito apresentado, podemos verificar que está incorreta, pois versa sobre o conceito de licitação deserta, e afirma ser licitação fracassada.

Gabarito: Errado.

6. (Inédita 2021) Licitação deserta é aquela em todos os interessados foram desclassificados ou inabilitados.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

A questão versa sobre uma forma específica de licitação dispensável, sendo essa denominada “licitação fracassada”.

Para entendermos o presente conceito, é necessário que saibamos a diferença entre os institutos da “licitação fracassada” e “licitação deserta”.

1) Licitação Fracassada:

Licitação em que ocorre a presença de interessados, entretanto, **nenhum** atinge as exigências estipulada pelo certame: Desclassificação de **todas** as propostas ou Inabilitação de **todos** os licitantes.

2) Licitação Deserta:

Aquela em que não aparece nenhum interessado para apresentar proposta.

Vale ressaltar que, em ambas as hipóteses, a licitação será dispensável, sendo assim previsto na norma:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

III - para contratação que **mantenha todas as condições definidas em edital de licitação** realizada **há menos de 1 (um) ano**, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

[...]

Sobre o tema, destacamos:

a) A lei 14.133/21 não previu de forma expressa a dispensa de licitação quando todos os licitantes forem inabilitados. Assim, de maneira literal, a presente forma de licitação fracassada não configura hipótese de licitação dispensável. Para fins legais, a licitação será dispensável, quando fracassada, nas seguintes hipóteses:

* Ausência de propostas válidas

* Preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes

b) Condições para realizar a dispensa de licitação:

1º Tratar-se de um caso de licitação deserta ou fracassada, previsto em lei.

2º Licitação realizada há menos de 01 ano.

3º Manutenção de todas as condições previstas no edital.

Especificamente sobre a questão, em consonância com o conceito apresentado, podemos verificar que está incorreta, pois versa sobre o conceito de licitação fracassada, e afirma ser licitação deserta.

Gabarito: Errado.

7. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, para que a licitação seja dispensável em virtude de licitação deserta, é necessário que a licitação tenha ocorrido a menos de 02 anos e sejam mantidas todas as condições definidas no edital.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art. 75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

A questão versa sobre uma forma específica de licitação dispensável, sendo essa denominada "licitação fracassada".

Para entendermos o presente conceito, é necessário que saibamos a diferença entre os institutos da "licitação fracassada" e "licitação deserta".

1) Licitação Fracassada:

Licitação em que ocorre a presença de interessados, entretanto, **nenhum** atinge as exigências estipulada pelo certame: Desclassificação de **todas** as propostas ou Inabilitação de **todos** os licitantes.

2) Licitação Deserta:

Aquela em que não aparece nenhum interessado para apresentar proposta.

Vale ressaltar que, em ambas as hipóteses, a licitação será dispensável, sendo assim previsto na norma:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

III - para contratação que **mantenha todas as condições definidas em edital de licitação** realizada **há menos de 1 (um) ano**, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

[...]

Sobre o tema, destacamos:

a) A lei 14.133/21 não previu de forma expressa a dispensa de licitação quando todos os licitantes forem inabilitados. Assim, de maneira literal, a presente forma de licitação fracassada não configura hipótese de licitação dispensável. Para fins legais, a licitação será dispensável, quando fracassada, nas seguintes hipóteses:

* Ausência de propostas válidas

* Preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes

b) Condições para realizar a dispensa de licitação:

1º Tratar-se de um caso de licitação deserta ou fracassada, previsto em lei.

2º Licitação realizada há menos de 01 ano.

3º Manutenção de todas as condições previstas no edital.

Gabarito: Errado.

8. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é inexigível a licitação para contratação de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A *licitação dispensável* ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

IV - para contratação que tenha por objeto:

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

[...]

Dessa forma, podemos verificar que a questão está incorreta, pois não se trata de um caso de inexigibilidade, mas de dispensa.

Gabarito: Errado.

9. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação de materiais de uso das Forças Armadas, inclusive no que tange aos materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A *licitação dispensável* ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

IV – para contratação que tenha por objeto:

[...]

g) materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;

[...]

Sendo assim, podemos compreender que a aquisição de material de uso das Forças Armadas, quando possuir o objetivo manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico, poderá ocorrer por meio de dispensa de licitação.

Cabe ressaltar que tal contratação direta **não abarca a aquisição de materiais de uso pessoal e administrativo** das Forças Armadas.

Gabarito: Errado.

10. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação de bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

IV – para contratação que tenha por objeto:

h) bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;

[...]

Gabarito: Certo.

11. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de longa duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A *licitação dispensável* ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

IV - para contratação que tenha por objeto:

i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de **curta duração** em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;

Assim, por contrariar a norma, a questão está incorreta.

Gabarito: Errado.

12. (Questão Inédita - 2021) É inexigível a licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A **inexigibilidade de licitação** ocorre pela impossibilidade da competição, de modo que se autorize a Administração Pública a contratar de maneira direta, sem que seja necessário o uso do processo licitatório. Sobre o tema, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Por outro lado, **a licitação dispensável** ocorre quando a competição é possível, mas, por uma determinação legal, o legislador faculta à Administração realizar ou não o processo licitatório. Caso opte por não fazer, configura-se, assim, uma contratação direta.

No que tange a questão, essa apresenta uma pegadinha bastante clássica sobre o assunto. Repare que a hipótese apresentada pela questão é de fato um caso de inexigibilidade de licitação.

Para fins didáticos, é melhor que você memorize as 5 hipóteses de inexigibilidade presentes na lei 14.133/21, sendo qualquer outra hipótese caso de dispensa.

Do ponto de vista legal, destacamos:

Art. 74. É **inexigível** a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

[...]

Gabarito: Certo.

13. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A **licitação dispensável** ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

VI - para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

[...]

Sobre o dispositivo, destacamos:

- 1) Quem estabelece as hipóteses de comprometimento da segurança nacional é o **"Ministro da Defesa"**, e não o Ministério da Defesa.
- 2) Além disso, as demandas (solicitações) devem partir dos **comandos das Forças Armadas**.

Gabarito: Certo.

14. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A *licitação dispensável* ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

[...]

Assim, é possível verificar que se trata de um caso de dispensa de licitação, e não de inexigibilidade.

Gabarito: Errado.

15. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A *licitação dispensável* ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

[...]

Sobre o dispositivo, destacamos:

- 1) Trata-se de dispensa de licitação em virtude de “emergência” ou “calamidade pública”.
- 2) O prazo máximo de duração do contrato **01 anos**, diferentemente do que era previsto na lei 8666/93, que era 180 dias.
- 3) São vedadas: Prorrogação dos respectivos contratos e recontração de empresa já contratada na situação excepcional.

Gabarito: Errado.

16. (Questão Inédita - 2021) Com base na lei 14.133/21, é dispensável a licitação para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre a contratação direta por dispensa de licitação.

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a competição entre os interessados, mas, por decisão do legislador, a ocorrência do processo licitatório fica condicionada a discricionariedade da autoridade pública. Assim, poderá esse licitar ou não. Entretanto, caso opte por não licitar, restará configurada uma contratação direta.

As hipóteses de licitação dispensável, disciplinadas no art.75 da Lei 14.133/21, formam um **rol taxativo**, ou seja, só será considerado licitação dispensável aquilo que estiver expresso no citado artigo.

Por ser tratar de rol taxativo, é necessário que você compreenda bem a literalidade da norma, para saber quais são as hipóteses de licitação dispensável. Sendo assim, vejamos:

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

[...]

A presente questão foi especialmente escolhida tendo em vista o seu alto grau de capacidade de confundir o candidato. Repare na expressão final existente no inciso selecionado: “quando se tratar de profissional técnico de **notória especialização**”.

A expressão destacada nos remete aos casos de inexigibilidade de licitação, entretanto se trata de um caso de dispensa. Assim, é necessário que você tome muito cuidado com essa questão, pois, embora se trate de “profissional técnico de **notória especialização**”, a contratação direta ocorre por dispensa de licitação.

Gabarito: Errado.

17. (Questão Inédita - 2021) É dispensável a licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A **inexigibilidade de licitação** ocorre pela impossibilidade da competição, de modo que se autorize a Administração Pública a contratar de maneira direta, sem que seja necessário o uso do processo licitatório. Sobre o tema, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Por outro lado, a **licitação dispensável** ocorre quando a competição é possível, mas, por uma determinação legal, o legislador faculta à Administração realizar ou não o processo licitatório. Caso opte por não fazer, configura-se, assim, uma contratação direta.

No que tange a questão, essa apresenta uma pegadinha bastante clássica sobre o assunto. Repare que a hipótese apresentada pela questão é um caso de inexigibilidade, e não de dispensa de licitação.

Para fins didáticos, é melhor que você memorize as 5 hipóteses de inexigibilidade presentes na lei 14.133/21, sendo qualquer outra hipótese caso de dispensa.

Do ponto de vista legal, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

[...]

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

[...]

Gabarito: Errado.

18. (Questão Inédita - 2021) É dispensável a licitação para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A **inexigibilidade de licitação** ocorre pela impossibilidade da competição, de modo que se autorize a Administração Pública a contratar de maneira direta, sem que seja necessário o uso do processo licitatório. Sobre o tema, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Por outro lado, a **licitação dispensável** ocorre quando a competição é possível, mas, por uma determinação legal, o legislador faculta à Administração realizar ou não o processo licitatório. Caso opte por não fazer, configura-se, assim, uma contratação direta.

No que tange a questão, essa apresenta uma pegadinha bastante clássica sobre o assunto. Repare que a hipótese apresentada pela questão é um caso de inexigibilidade, e não de dispensa de licitação.

Para fins didáticos, é melhor que você memorize as 5 hipóteses de inexigibilidade presentes na lei 14.133/21, sendo qualquer outra hipótese caso de dispensa.

Do ponto de vista legal, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

Gabarito: Errado.

19. (Questão Inédita - 2021) A hipótese de inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, disciplinada na lei 14.133/21, era anteriormente, na lei 8666/93, prevista como uma hipótese de dispensa de licitação.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A **inexigibilidade de licitação** ocorre pela impossibilidade da competição, de modo que se autorize a Administração Pública a contratar de maneira direta, sem que seja necessário o uso do processo licitatório. Sobre o tema, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

De maneira geral, podemos destacar os seguintes apontamentos sobre o tema:

a) Trata-se de um **Rol Exemplificativo**, ou seja, nem todas as hipóteses de inexigibilidade estão presentes na literalidade da lei 14.133/21, podendo existir casos não expressos na presente norma.

b) São hipóteses de inexigibilidade:

* Fornecedor exclusivo

* Artista consagrado

* serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual prestado por profissionais ou empresas de notória especialização

* Credenciamento

* Aquisição/locação de imóveis cujas características de instalação e localização tornem necessária sua escolha

c) Em relação a lei 8666/93, podemos afirmar que **foram inseridos, de maneira expressa, duas hipóteses de inexigibilidade:**

* Credenciamento

* Aquisição/locação de imóveis cujas características de instalação e localização tornem necessária sua escolha

Dessa forma, podemos verificar que a presente modalidade de inexigibilidade é justificada pela ausência de competição, uma vez que o imóvel pretendido pela Administração possui qualificações específicas, tanto pelas características de instalação, como pela localização, de tal modo que o torna singular, não havendo competição, pois apenas esse imóvel a interessa.

Do ponto de vista legal, destacamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Sobre o tema, cabe um pequeno parêntese sobre a sua "troca de categoria". Antes da entrada em vigor da nova lei de licitação, a presente hipótese de inexigibilidade de licitação era classificada como forma de licitação dispensável pela lei 8666/93. Vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

[...]

Gabarito: Certo.

20. (Questão Inédita - 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

Certo ()

Errado ()

Resolução Completa:

A **inexigibilidade de licitação** ocorre pela impossibilidade da competição, de modo que se autorize a Administração Pública a contratar de maneira direta, sem que seja necessário o uso do processo licitatório. Sobre o tema, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Por outro lado, a **licitação dispensável** ocorre quando a competição é possível, mas, por uma determinação legal, o legislador faculta à Administração realizar ou não o processo licitatório. Caso opte por não fazer, configura-se, assim, uma contratação direta.

No que tange a questão, essa apresenta uma pegadinha bastante clássica sobre o assunto. Repare que a hipótese apresentada pela questão é um caso de dispensa de licitação.

Para fins didáticos, é melhor que você memorize as 5 hipóteses de inexigibilidade presentes na lei 14.133/21, sendo qualquer outra hipótese caso de dispensa.

Do ponto de vista legal, destacamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

[...]

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

[...]

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

Gabarito: Errado.